



AS RELAÇÕES DE GÊNERO NOS DOCUMENTOS INTERNACIONAIS: Qual é a preocupação central?

*Amanda Peixoto Rosa da Silva Souza¹ (PQ), Luiza Rangel (PQ) Mariana de Moraes Germano (PQ), Maria Angélica Alves Maciel de Oliveira (PQ) amanda.peixoto599@gmail.com

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS

Resumo: O artigo apresenta parte dos resultados da pesquisa realizada dentro de um projeto maior de iniciação científica: “PROFISSIONAL DA EDUCAÇÃO NO SÉCULO XXI: jovens mulheres, problemas e desafios”. Cujo recorte buscou analisar as questões de gênero expressas nos documentos e programas dos organismos internacionais voltados para a área da educação de forma geral e para formação de professores em especial. Compreende que gênero é um termo polissêmico que gera debates e polêmicas no conjunto da sociedade, desta forma também está presente no ambiente escolar e acadêmico. Um dos objetivos deste estudo foi compreender de que forma os programas e as diretrizes dos organismos internacionais influenciam o processo de formulação e implementação de políticas públicas de gênero na educação, em países como o Brasil. Para tanto, utilizou-se da metodologia de abordagem qualitativa na análise dos documentos e diretrizes dos organismos internacionais para o tema. As análises realizadas apontaram para o entendimento de que as elaborações e diretrizes de organizações como BM, UNESCO e CEPAL, entre outros, assumem papel central e influenciam a elaboração e implementação das políticas públicas no Brasil.

Palavras-chave: Educação. Mulheres. Banco Mundial. Gênero.

Introdução

Este artigo faz parte de um estudo maior, desenvolvido no âmbito do projeto de pesquisa, intitulado “PROFISSIONAL DA EDUCAÇÃO NO SÉCULO XXI: jovens mulheres, problemas e desafios” que contempla outros três planos de trabalho e tem como objetivo geral “compreender o trabalho dos profissionais da educação no mundo globalizado, no espaço da Universidade Estadual de Goiás, investigando a formação de formadores, identificando e interpretando como se apresenta a reconfiguração do sujeito/indivíduo/subjetividade licenciado em Pedagogia da UEG Câmpus Luziânia, frente à sua profissão, à sua subjetividade e as relações sociais de gênero na lógica do livre mercado e da produção flexível”.

¹ amanda.peixoto599@gmail.com



Dada à importância desse assunto propõe-se contribuir investigando as questões de gênero expressas nos documentos e programas dos organismos internacionais, voltados para a área da educação de forma geral e para formação de professores em especial. Na década de 1990 o Banco Mundial (BM) intensificou a elaboração de documentos e programas voltados para a área da educação, partindo da premissa que investir em educação é a melhor forma de combater a pobreza. Para Fonseca (1998) o Banco utiliza a educação como medida compensatória para proteger os pobres e aliviar as tensões no setor social.

Nesta perspectiva, a educação passa a ser uma importante medida para a contenção demográfica e aumento da produtividade, pois é ela quem prepara a população, principalmente feminina, para o planejamento familiar e a vida produtiva. Essa preocupação do BM pode ser percebida também nas Metas do documento Desenvolvimento do Milênio: a) Garantir, para o ano 2015, que os meninos e meninas de todo o mundo possam concluir um ciclo completo do ensino fundamental; b) Eliminar a disparidade entre os sexos no ensino fundamental e médio, se possível até 2005, e em todos os níveis do ensino até fins de 2015. (PNUD, 2000).

Outro organismo relevante para a pesquisa é a Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), que lançou um Atlas de Desigualdade de Gênero na Educação, onde mostra que, no mundo, quase 16 milhões de meninas entre 6 e 11 anos nunca irão à escola, o número é duas vezes maior que o de meninos. São diferentes documentos que expressam as contribuições e preocupações dos organismos internacionais sobre as relações de gênero no processo educacional.

Diferentes autores consideram que houveram avanços na garantia da igualdade de gênero e dos direitos das mulheres na América Latina, nas últimas décadas porém ao mesmo tempo em que são identificados os avanços também são destacadas as dificuldades e desafios futuros, afinal de acordo com CEPAL, as mulheres ainda ganham até cerca de 30% menos que os homens no mercado de trabalho estando em condições semelhantes, ou seja, realizando as mesmas funções.



Neste sentido o trabalho está investigando esse tema para contribuir no debate sobre a formação e profissionalização docente, levantando as seguintes questões: Qual é a preocupação central dos organismos internacionais (BM, UNESCO, CEPAL) ao elaborar suas diretrizes educacionais com recorte de gênero? Como também em que medida a política educacional brasileira segue as diretrizes dos organismos internacionais? Como essas diretrizes são percebidas pelos discentes? Os professores e alunos conhecem os documentos produzidos pelos organismos internacionais? Para que desta forma as abordagens sejam analisadas de forma sólida.

Para obter respostas à pesquisa organizou um conjunto de objetivos cujo foram organizados em dois eixos. O primeiro buscou a interpretação mais teórico-conceitual do objeto investigado e para tanto, procurou “investigar as questões de gênero expressas nos documentos e programas dos organismos internacionais (BM, UNESCO, CEPAL)” como também “analisar as repercussões destes documentos e programas nas políticas educacionais do Brasil”. O segundo eixo buscou refletir sobre as recomendações dos organismos internacionais no cotidiano do Curso de Pedagogia da UEG, Câmpus Luziânia. Procurou o entendimento numa perspectiva teórico-prática, de forma a: identificar como as recomendações dos organismos internacionais são percebidas pelos discentes e docentes do curso de Pedagogia da UEG, Câmpus Luziânia.

Material e Métodos

O presente estudo foi desenvolvido predominantemente, numa abordagem qualitativa de pesquisa no qual o referencial bibliográfico está fundamentado em Nogueira (2004), Saffioti (1999), Louro (1997) entre outros autores que pesquisam a o papel da mulher na sociedade; Pimenta (1999), Libâneo (1998), Paraíso (1997), Brzezinski (2002) na perspectiva das políticas educacionais para formação docente; e Fonseca (1996-1998), Coraggio (1996), Silva (2002), que discutem a interface dos organismos internacionais com a educação.

Também foram investigadas as questões de gênero expressas nos documentos e programas dos organismos internacionais, a saber: a) três





intergovernamentais de caráter global (BM, UNESCO, CEPAL) e; b) um de caráter regional (CEPAL). A análise dos documentos ajuda a estabelecer relações com as políticas educacionais implementadas no Brasil, sobretudo na década de 1990. Também foram analisados documentos internos do curso de Pedagogia do Câmpus de Luziânia, como o Plano de Curso das disciplinas Políticas Educacionais e Organização e Gestão do Trabalho Pedagógico entre outras.

Resultados e Discussão

O debate sobre as relações de gênero ganhou relevância nas últimas décadas, tanto no contexto nacional quanto no contexto internacional. Daí a importância de procurar conhecer e analisar as questões expressas nos documentos e diretrizes dos organismos internacionais sobre a temática, reconhecidamente essas recomendações dão suporte para ação política no Brasil e em outros países.

Nossa pesquisa analisou a perspectiva de “gênero” dos Organismos Internacionais que orientam as políticas públicas para mulheres a partir da análise de documentos estratégicos do BM, UNESCO e CEPAL. A investigação se estendeu além das políticas de Gênero para documentos destes Organismos que abordavam também a orientação para a chamada Igualdade entre homens e mulheres na sociedade, no campo da educação.

Nessa perspectiva, iniciamos a análise pelos documentos formulados pelo Banco Mundial, que em um primeiro momento tinha como preocupação central os aspectos econômicos sobre o tema. Dessa forma, o entendimento do BM era de que o investimento em educação seria a melhor forma de combater a pobreza. Nesta perspectiva a questão de gênero está relacionada à questão da saúde, planejamento familiar, nutrição e educação básica. Em outras palavras, a educação das mulheres representava o caminho mais curto para controlar o aumento populacional.

Percebe-se que o debate sobre igualdade gênero avançou com a realização da IV Conferência Mundial sobre as Mulheres: Ação para Igualdade, Desenvolvimento e Paz, realizada pela ONU, em Pequim, em 1995. Neste momento



tem início o uso dos termos empoderamento e igualdade de gênero, apontando para a transversalização das políticas de gênero em todas as ações institucionais, como veremos nos documentos posteriores a 1995.

A UNESCO tem assumido um protagonismo no debate sobre as questões de gênero e reafirma a igualdade de gênero como um direito humano fundamental, um elemento essencial na construção da justiça social e uma necessidade econômica. Conforme o relatório da UNESCO (2018), as mulheres são mais de dois terços dos 796 milhões de adultos em todo o mundo que não têm as habilidades básicas de alfabetização. As mulheres representam menos de 30% dos pesquisadores do mundo.

Os documentos elaborados pela UNESCO apresentam o entendimento de que todas as formas de discriminação baseada em gênero são violações dos direitos humanos, bem como uma barreira significativa para o alcance da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável e seus 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

No tocante a educação a UNESCO busca tratar as disparidades de gênero e promover a igualdade por todo o sistema educacional, desenvolvendo diferentes ações. Em 2018, o tema das Nações Unidas para o Dia Internacional da Mulher é “A hora é agora: ativistas rurais e urbanas transformando a vida das mulheres”, que ecoa o tema prioritário da 62ª sessão da Comissão das Nações Unidas sobre a Situação da Mulher.

Posteriormente, foram analisados os Documentos Temáticos Nações Unidas no Brasil com o tema Igualdade de Gênero. O documento apresenta os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) como resultado do processo de avaliação, revisão e aprimoramento dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) que foram construídos no âmbito das Nações Unidas e assumidos como compromisso pelos Estados Membros dessa Organização na qual o Brasil se inclui, bem como por diversas outras entidades do âmbito público e também do âmbito privado.

Sobre tal enfoque o documento aborda que Objetivo de Desenvolvimento Sustentável propõe alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas, procurando dar seguimento ao compromisso com a construção da



igualdade de gênero e com os direitos de todas as mulheres e meninas. Em fator a esses desdobramentos Silva 2016 em uma dissertação explana que em Setembro de 1994, a cidade do Cairo foi à anfitriã da “Conferência Internacional sobre a População e Desenvolvimento” (CIPD) promovida pela Organização das Nações Unidas no qual as recomendações da CIPD devem ser consistentes no com o acordo atingido na Conferência Mundial, propondo incluir a mulher nomeadamente na participação plena a todos os níveis das suas comunidades: social, económico e político.

Silva (2016), assinala que em função das contribuições da ONU, as últimas duas décadas foram marcadas por importantes mudanças aos níveis demográfico, social, económico, ambiental e político em que muitos países melhoraram os cuidados de saúde reprodutiva, diminuíram a mortalidade infantil e aumentaram o uso de métodos contraceptivos. A autora aponta que o programa de ação do Cairo que recomenda à comunidade internacional um conjunto de objetivos relacionados com a população e o desenvolvimento, considerando o crescimento económico sustentado no contexto do desenvolvimento sustentável, educação sendo “especialmente para as **“raparigas”²**; equidade e igualdade de gênero; redução da mortalidade maternal e infantil; acesso universal a cuidados de saúde reprodutiva, incluindo planeamento familiar e educação sexual” (SILVA 2016, p.14-15). Sobre o posicionamento da ONU a autora afirma que

De acordo com a ONU, a implementação das recomendações contidas no plano de acção do Cairo é competência do direito soberano de cada país, e deve ser consistente com o direito nacional e respeitar os valores religiosos e étnicos do respectivo povo, em conformidade com os direitos humanos universalmente reconhecidos (SILVA 2016, p.15).

Silva (2016), explica ainda que apesar da melhoria registada em alguns indicadores, como é o caso do aumento da esperança média de vida, ainda se verificam grandes desigualdades entre homens, mulheres e crianças. Assinala que os documentos expressos pela ONU propiciam a introdução de políticas que valorizem a mulher permitindo a construção de lares seguros, além de evitar os obstáculos que impedem ou dificultam a participação feminina na vida pública.

² Griffos nossos.



No contexto destes objetivos a ONU também pretende alertar para o fato de os estereótipos de gênero relativos aos papéis do homem e da mulher na família. Os Documentos Temáticos Nações Unidas no Brasil “Igualdade de Gênero” retrata que o “Brasil dispõe ainda de leis diretamente destinadas a garantir os direitos de mulheres e outras de caráter mais amplo, mas que impactam positivamente suas vidas” sobre isto cita como exemplo a Lei 11.340/2006, a Lei Maria da Penha que estabelece mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher.

Podemos perceber que há grandes posicionamentos quanto à mudança que precisa ser feita na sociedade, principalmente no tocante a desigualdade que se implantou no meio social, neste caso se tratando da identidade feminina já que não faz muito tempo que conseguiu ganhar um pouco de espaço na sociedade, tanto por posicionamentos familiares quanto públicos.

É importante ressaltar que os organismos internacionais propõem direcionamentos quanto às relações de gênero no ambiente escolar, propondo formas diversas de introduzir o debate sobre as relações de gênero. Porém, percebemos a dificuldade de se pensar e implementar políticas públicas no ambiente educacional voltados a temática.

Dada à relevância deste assunto as políticas públicas precisam não somente estar expressa nas diretrizes educacionais, como também resultar em debates proativos conscientizando os alunos e professores, para que tenham plenitude do conhecimento social e científico. É importante salientar que essas indagações fazem parte da análise do curso de pedagogia da Universidade de Goiás-Campus Luziânia.

No processo de desenvolvimento deste estudo foi realizado um levantamento sobre as relações de gênero entre os acadêmicos do curso³. As análises demonstram que a questão de gênero praticamente não é abordada na instituição. Quando o tema é tratado em sala de aula, é feito de forma superficial. Identificamos ainda que não existe uma disciplina própria, ou um direcionamento para abordar o tema.

³ Pesquisa qualitativa realizada como atividade da V semana do pedagogo 2018 UEG- Câmpus Luziânia, 2018.





Dessa forma, poucos são os professores que tratam do assunto em sala de aula. Com essa lacuna em seu processo de formação, os acadêmicos do curso de pedagogia dizem não se sentir aptos a lidar com o tema em sala de aula.

Considerando que mais de 90% dos acadêmicos do curso de pedagogia são mulheres e mais de 80% dos profissionais da educação também são mulheres a preocupação com a igualdade de gênero deveria se manifestar com mais facilidade nos espaços educacionais.

Na pesquisa realizada buscamos explicitar os desafios e impossibilidades de materialização das orientações dos Organismos Internacionais, na relação com o campo da educação. Assim, ao final da nossa análise compreendemos que apesar dos documentos apresentarem a incorporação de pautas de lutas históricas do movimento feminista há limites em sua implementação por parte dos países, governantes e educadores.

Considerações Finais

Este artigo buscou compreender de que forma os programas e as diretrizes dos organismos internacionais influenciam o processo de formulação e implementação de políticas públicas de gênero no campo da educação, bem como identificar como este processo é percebido pelos discentes e docentes do curso de Pedagogia da UEG, Câmpus Luziânia.

As análises realizadas apontam para o entendimento de que as elaborações e diretrizes dos organismos mundiais como Banco Mundial, ONU, entre outros assumem papel central e influenciam a elaboração e implementação das políticas públicas no país.

Porém, permanecem os desafios para se colocar em prática os avanços obtidos no campo normativo. Talvez o mais importante desafio, relacionado à adoção de políticas públicas, seja o olhar sobre a formação docente no campo da educação infantil e gênero com a prática dos princípios de igualdade de gênero apontada pelas recomendações internacionais.



Agradecimentos

Agradeço a Deus por ter me guiado até aqui.

Aos meus pais pelo incentivo e por ter dado credibilidade ao meu potencial.

À Universidade Estadual de Goiás, Câmpus Luziânia, pois por intermédio dela tive a oportunidade de aperfeiçoar meus conhecimentos.

Aos meus professores, pelo direcionamento de novos conhecimentos e principalmente ao a professora tutora Ma. Maria Luiza Nogueira Rangel, como também minha amiga graduanda Mariana de Moraes Germano que tornou possível a realização deste trabalho.

Referências

BRZEZINSKI, Iria. **Profissão Professor: Identidade e Profissionalização Docente**. Brasília: Plano, 2002.

BRASIL, Documentos Temáticos Nações Unidas no Brasil Igualdade de Gênero: **Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas**. Brasília, 2016.

CEPAL. **Transformação Produtiva com Equidade**. Santiago do Chile, CEPAL, 1990.

_____; UNESCO. **Educación y conocimiento: eje de la transformación productiva con equidad**. Santiago de Chile, agosto 1992.

CORAGGIO, José Luís. **Propostas do Banco Mundial para a educação: sentido oculto ou problemas de concepção?** In: TOMMASI, Livia de et al. (orgs.). O Banco Mundial e as políticas educacionais. São Paulo: Cortez, 1996.

DELORS, Jacques (Coord.). **Educação: um tesouro a descobrir**. Brasília: UNESCO/MEC, 1998.

FONSECA, Marília. **O financiamento do Banco Mundial à educação brasileira: vinte anos de cooperação internacional**. In: TOMMASI, Livia de; WARDE, Mirian

Jorge; HADDAD, Sérgio. (orgs.) **O Banco mundial e as políticas educacionais**. São Paulo: Cortez, 1996. p. 229 – 251.

_____, Marília. **O Banco Mundial e a educação brasileira: uma experiência de cooperação internacional**. In: OLIVEIRA, Romualdo P. (org.) **Política educacional: impasses e alternativas**. São Paulo: Cortez, 1998. p. 85-122.

MINAYO, M. C. S. **Ciência, técnica e arte: o desafio da pesquisa social**. In: _____ (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 18 ed. Petrópolis: Vozes, p. 9-29, 1994.

NOGUEIRA, Cláudia Mazzei. **O Trabalho Feminino nas sociedades pré capitalistas, e, A inserção da mulher na Grande Indústria Capitalista**. In: **A Feminização no mundo do Trabalho**. Campinas\SP: Autores Associados, p. 3-26. 2004.

PARAÍSO, Marlucy Alves. **Gênero na Formação Docente: campo de silêncio no currículo**. Cadernos de Pesquisa, São Paulo: Ed. LIS Gráfica e Editora/ Fundação Carlos Chagas, n.102, p. 23-45, nov/1997. PEREIRA, Júlio Emílio Diniz. **As licenciaturas e as novas políticas educacionais para a formação docente**. Educ. Soc. [online]. 1999, vol.20, n.68, pp.109-125

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO - PNUD. **Objetivo de desenvolvimento do milênio**. PNUD: 2000. Disponível em:<http://www.pnud.org.br/odm/odm_vermelho.php#> . Acesso em: 25 Mar. 2017.

SAFFIOTI, Heleieth. **O advento do Capitalismo e a Posição Social da Mulher**. In: **A Mulher na Sociedade de Classes: Mito e Realidade**. Petrópolis: Vozes, 1979, p. 25-31. SILVA, Maria Abádia da. **Intervenção e consentimento: a política educacional do banco mundial**. Campinas: Autores associados. FAPESP. 1ª edição. 2002.

SILVA, Mariana Braga de Miranda Duarte. **O Gênero nas Organizações Internacionais: o impacto da igualdade de gênero nas políticas públicas**. UCPIEP, Lisboa, fevereiro de 2016.